



*Industry Interference Policy Briefs*

# No. 1: Interferência da Indústria nas Políticas de Alimentação

---

## O PROBLEMA

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) representam uma das principais causas de mortalidade prematura e morbidade em todo o mundo, sendo responsáveis por 71% do total de mortes. Os principais tipos dessas doenças crônicas são as doenças cardiovasculares (tais como infarto do miocárdio e derrame), câncer, doenças respiratórias crônicas (como doença pulmonar obstrutiva crônica e asma), diabetes e problemas mentais e neurológicos.

Padrões alimentares não saudáveis, incluindo o consumo de alimentos ultraprocessados (AUPs), constituem um dos principais fatores de risco modificáveis responsáveis pelo aumento da predominância de doenças crônicas não transmissíveis. Os produtos ultraprocessados são alimentos e bebidas comumente com altas quantidades de calorias e açúcares livres, amidos refinados, gorduras não saudáveis e sódio. Esses produtos são elaborados e fabricados visando o lucro máximo; por exemplo, contêm ingredientes de baixo custo, têm grande durabilidade e são hiperpalatáveis. O consumo de AUPs cresceu exponencialmente nos últimos 25 anos e mudou os ambientes alimentares e os padrões agrícolas em todo o mundo. Os produtos ultraprocessados são amplamente distribuídos por grandes empresas multinacionais que utilizam campanhas agressivas de marketing e publicidade, voltadas principalmente para crianças, adolescentes e populações vulneráveis. As técnicas de marketing da indústria estão sempre em evolução para se adaptar a novos mercados e impedir as poucas regulamentações existentes na maioria dos países. Sua capacidade para permear o mercado com suas mensagens e produtos não saudáveis destaca a necessidade urgente de políticas de alimentação saudável.

Há indícios substanciais que apoiam a eficácia de políticas que reduzam a demanda e desestimulem a compra de alimentos ultraprocessados. Essas políticas incluem impostos; rotulagem frontal de advertência obrigatórios nas embalagens; restrições de marketing, principalmente para crianças e adolescentes; e regulamentação do ambiente escolar. No entanto, a interferência da indústria é um dos principais obstáculos para a formulação e implementação de medidas eficazes para melhorar a epidemia de doenças crônicas não transmissíveis.

# INTERFERÊNCIA DA INDÚSTRIA

A indústria de alimentos e bebidas influencia os ambientes legislativos e políticos, de modo global e local, para retardar, enfraquecer ou impedir o desenvolvimento de políticas de alimentação saudável. A indústria se tornou um ator regular e poderoso nas discussões de políticas públicas, apesar do claro conflito de interesses, uma vez que a sua rentabilidade depende de um grande volume de vendas de alimentos ultraprocessados. A indústria não somente usa o seu poder para moldar as políticas governamentais, como também para influenciar os meios científicos e acadêmicos para criar uma imagem pública positiva e ter a opinião pública a seu favor. A interferência da indústria sabota as responsabilidades do estado, favorecendo os interesses privados por meio do uso e da apropriação dos instrumentos e mecanismos legais, fiscais e judiciais.

## CAPTURA CORPORATIVA

Quando as corporações exercem uma influência significativa e indevida sobre as instituições públicas, os processos de tomada de decisão e os resultados das políticas podem ser descritos como “capturados por interesses corporativos”. Nessas situações, evidentes com as empresas de alimentos e bebidas em nível global, a indústria consegue usar sua influência política para manipular os órgãos reguladores, as entidades de segurança pública e o legislativo. Essa captura corporativa é caracterizada por grupos empresariais e industriais com acesso privilegiado aos processos de elaboração de políticas, comunicações e tomada de decisão que não acontecem de forma transparente ou pública, com a participação de servidores públicos em empresas privadas e conflitos de interesses, e indústrias regulamentadas capazes de controlar as decisões tomadas por seus reguladores. O resultado da captura corporativa é que as políticas e as regulamentações são feitas de acordo com os interesses da indústria e não com o interesse público. Embora essas práticas em geral não sejam ilegais, elas não são legítimas e minam a integridade das instituições públicas e a confiança pública nos processos democráticos de tomada de decisão.

## INDÚSTRIA DE ALIMENTOS E BEBIDAS

Os fabricantes e distribuidores diretos de alimentos e bebidas não saudáveis não são os únicos atores envolvidos na interferência da indústria. Também estão incluídos aliados empresariais indiretos, associações comerciais nacionais e transnacionais, grupos de fachada, instituições ou especialistas acadêmicos e grupos “de bases” locais que em muitos casos servem como porta-vozes de interesses privados. Muitas vezes, esses aliados escondem sua aliança real com os interesses da indústria e sua meta principal é serem considerados grupos independentes.

# TÁTICAS DE INTERFERÊNCIA

A indústria utiliza uma ampla gama de táticas, práticas e argumentos para enfraquecer ou evitar avanços nas políticas de alimentação saudável nos níveis internacional, nacional, estadual e municipal. Essas ações variam em certo grau nas diferentes geografias, mas fazem parte de uma cartilha clássica. A indústria de alimentos e bebidas usa estratégias similares às das grandes indústrias de tabaco, álcool, substitutos do leite materno e outras. Nesse sentido, os defensores da alimentação saudável podem identificar, prever e prevenir ou ainda combater a interferência da indústria.

Muitas táticas e ações de interferência da indústria não são necessariamente contra a lei. A indústria tira proveito das muitas brechas existentes nas regulamentações nacionais e utiliza práticas abusivas e antiéticas – como, por exemplo, o uso de informações falsas ou enganosas – para interferir na formulação e na implementação de políticas, e para se legitimar como um ator político e social.

## TÁTICAS DE INTERFERÊNCIA MAIS COMUNS DA INDÚSTRIA

Estas são algumas das táticas e ações de interferência usadas mais frequentemente pela indústria de alimentos e bebidas:



### PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO SOBRE POLÍTICAS

A indústria procura fazer parte do processo de elaboração de políticas e influenciar os três ramos do governo: legislativo, executivo e judiciário. Por exemplo, lobbies da indústria para prejudicar as regulamentações de alimentação saudável, transparência e conflitos de interesses, além de outras leis que afetem seus interesses. A indústria busca o envolvimento direto nos processos de elaboração de políticas; seus representantes participam de grupos técnicos e de assessoria que discutem as políticas públicas, muitas vezes com o fim de retardar os processos ou de promover regras mais frágeis. Os atores e lobistas da indústria alegam que eles desempenham uma parte necessária nos comitês multissetoriais; eles participam das reuniões oficiais; e até apresentam propostas regulatórias e legislativas por meio de seus aliados. A indústria também exerce poder e ameaça retirar os investimentos se os governos não seguirem as regulamentações recomendadas. Também usa a participação de servidores públicos em empresas privadas e o financiamento de campanhas políticas para manter a influência sobre os formuladores de políticas.



## CIÊNCIA E PESQUISA

A indústria e seus aliados acadêmicos manipulam e deturpam as evidências sobre políticas de alimentação saudável. Isso envolve, por exemplo, a geração e/ou a disseminação de informações tendenciosas para ofuscar a relação entre os AUPs e as DCNTs ou para minar a eficácia das medidas de políticas públicas. Outras ações incluem a cooptação das sociedades científicas, acadêmicos e especialistas por meio de apoio financeiro, eventos científicos, autores de fachada e instituições de pesquisa mantidas ou criadas pela indústria. Além do mais, a indústria seleciona dados que favorecem o seu setor, utiliza evidências não publicadas ou sem revisão de pares, demoniza e critica as evidências que se opõem aos seus interesses e enfatiza a complexidade e a incerteza dos dados.



## ESTRATÉGIAS NARRATIVAS

A indústria cria uma narrativa forte contra as políticas de alimentação saudável para se promover como um bom ator corporativo. Os discursos da indústria afastam o foco de seu papel na epidemia de DCNTs e jogam a responsabilidade para o indivíduo e a família. Promove a ideia de que os hábitos alimentares individuais e a prática de atividades físicas são as únicas medidas para abordar o ônus das doenças. Também desafia os poderes governamentais com o uso de argumentos paternalistas. Acima de tudo, a indústria promove seus produtos ultraprocessados como uma solução para a fome, as emergências alimentares e o desenvolvimento econômico. A indústria também usa argumentos econômicos para combater as políticas de alimentação saudável; por exemplo, ressalta o quanto é essencial para a economia, o mercado de trabalho e a receita governamental, e ameaça que as intervenções políticas acarretarão perdas econômicas e de empregos. Os argumentos sobre acordos internacionais de comércio são provenientes da cartilha da indústria para impedir que os países adotem políticas de alimentação eficazes e, ao mesmo tempo, reforçam suas soluções preferidas como as únicas razoáveis como, por exemplo, códigos voluntários de autorregulação e parcerias público-privadas.



## AÇÕES LEGAIS OU AMEAÇAS LEGAIS

A indústria usa ações ou ameaças legais contra as regulamentações de alimentação saudável, contra as organizações da sociedade civil (OSCs) que as defendem ou contra os governos que trabalhem para a sua implementação. Essas ameaças podem desincentivar as ações das partes interessadas e direcionar seus esforços e recursos para a sua própria defesa contra os ataques da indústria, em vez de para aprovação das políticas.



## RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E MARKETING DE CAUSAS

As grandes corporações realizam ações e programas filantrópicos para supostamente contribuir ao bem-estar das comunidades e da sociedade. No entanto, as metas desses programas vão muito além do bem social proclamado. Os programas de responsabilidade social corporativa fazem parte das estratégias de marketing da indústria de alimentos e bebidas. Por meio de doações dos seus produtos não saudáveis, especialmente para as populações vulneráveis, eles garantem novos consumidores e ganham fidelidade à marca. A indústria também usa esses programas para se apresentar como socialmente responsável e como ator indispensável para o país, ganhando apoio público e autoridade política.



## CENÁRIOS INTERNACIONAIS E REGIONAIS

A influência da indústria também alcança organizações internacionais e espaços multilaterais nos quais as questões políticas são discutidas e regulamentadas. Por exemplo, os representantes da indústria no Codex ocupam assentos em comissões e reuniões técnicas e constituem a maioria das delegações dos países. Eles definem a agenda para discussão e o conteúdo das regulamentações relevantes. O Codex não impede que os países adotem políticas, tais como a rotulagem frontal nas embalagens, mas a indústria utiliza sua influência para limitar os esforços regulatórios. Os organismos comerciais regionais, como o Mercosul e a CARICOM, constituem outro espaço sujeito à interferência. A indústria alega que os países precisam harmonizar suas regulamentações nacionais com os padrões dos órgãos regionais. Essas reivindicações não são corretas do ponto de vista jurídico e têm a intenção de paralisar os esforços dos países.

A indústria também procura influenciar os fóruns globais de políticas, como a Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas, que está inundada de influências corporativas indevidas e falta de transparência, e ignora as perspectivas e a participação de Organismos da Sociedade Civil (OSCs) independentes.

# CONSEQUÊNCIAS

Por meio de diversas táticas constantes, sistemáticas e sofisticadas, a indústria de alimentos e bebidas interfere nos debates políticos para minar e prejudicar a adoção e a implementação de políticas de nutrição e alimentação saudável baseadas em evidências que contribuam para o cumprimento do direito à alimentação adequada, livre de conflitos de interesse. As corporações exercem seu poder sobre os governos, os meios acadêmicos, a sociedade civil e a população em geral para elaborar políticas a seu favor e em detrimento da saúde das pessoas, do meio ambiente e da democracia.

Os governos têm a obrigação de respeitar, proteger e garantir os direitos humanos, inclusive os direitos a uma alimentação saudável e adequada. Nenhum desses itens pode ser alcançado se a indústria influenciar e pressionar os governos e conduzir o debate global em torno de políticas de alimentação, uma vez que eles têm um claro conflito de interesse em termos de prevenção de DCNTs e de saúde pública. Além disso, as ações e inações dos governos podem ser explicadas pelo nível de captura corporativa, que impede a sua capacidade de proteger o interesse público. A interferência é um fator-chave para definir o sucesso das políticas; portanto os defensores da alimentação saudável devem considerar diferentes ações para contrabalançar esse poder.

## O QUE OS DEFENSORES PODEM FAZER?

O desequilíbrio de poder entre a indústria, os governos e os OSCs exigem a união de esforços globais e nacionais para combater com eficácia essa interferência corporativa. Os defensores da alimentação saudável podem trabalhar juntos para monitorar, expor e combater a interferência da indústria de alimentos ultraprocessados nos processos políticos em todos os níveis por meio de diversas ações:

- Desafiar e desnaturalizar a participação da indústria no desenho, na formulação, na implementação e na avaliação das políticas de alimentação.
- Entender as táticas nacionais e internacionais para fazer oposição às políticas de alimentação saudável utilizadas pela indústria de alimentos e bebidas – por exemplo, por meio do monitoramento das ações e dos discursos da indústria.
- Expor as táticas da indústria para interferir nos processos de elaboração de políticas e na captura governamental.
- Exigir que os governos sejam transparentes nas suas relações com o setor privado e promovam regulamentações para prevenir conflitos de interesses e para propiciar a transparência.
- Exigir que os governos tomem decisões políticas com base nas melhores evidências científicas disponíveis, sem conflitos de interesses.

A indústria de alimentos e bebidas não deve definir políticas de saúde pública. Os governos devem cumprir suas obrigações com os direitos humanos visando garantir o direito à alimentação adequada e saudável, inclusive por meio da regulamentação criteriosa do setor privado.

*Agradecemos por quaisquer comentários e feedback em [fpp@advocacyincubator.org](mailto:fpp@advocacyincubator.org)*